

**RENOVA ENERGIA S.A.**  
*Companhia Aberta*  
CNPJ/MF nº 08.534.605/0001-74  
NIRE 35.300.358.295

**AVISO AOS ACIONISTAS**  
**INÍCIO DO PRAZO PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**RENOVA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, n.º 999, 4.º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.358.295, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.534.605/0001-74, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, sob o código 02163-6 (“Companhia”), vem pelo presente informar a seus acionistas, investidores e ao mercado em geral o quanto segue:

**1. Aumento do Capital Social**

1.1. Aumento de Capital. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2016, aprovou, dentro do limite do capital autorizado, um aumento de capital social da Companhia no valor de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a emissão, para subscrição privada, de até 115.952.502,0 (cento e quinze milhões, novecentas e cinquenta e duas mil, quinhentas e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e de até 34.047.498,0 (trinta e quatro milhões, quarenta e sete mil, quatrocentas e noventa e oito) novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Aumento de Capital”), tendo seus respectivos preços de emissão fixados conforme abaixo explicitado, nos termos do inciso I do §1º do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. Homologação Parcial. Será admitida a homologação do Aumento de Capital ainda que parcialmente subscrito, desde que sejam subscritas ações em número suficiente de tal forma que o Aumento de Capital corresponda a um aumento mínimo no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (“Montante Mínimo”), sendo certo que o valor máximo corresponderá ao valor total do Aumento de Capital conforme indicado acima (“Montante Máximo”).

## **2. Alteração do Capital Social**

2.1. Valor Mínimo do Aumento de Capital. Na hipótese de serem subscritas apenas as ações que correspondam ao valor do Montante Mínimo, o capital social da Companhia passará a ser de R\$2.898.012.114,98 (dois bilhões, oitocentos e noventa e oito milhões, doze reais mil, cento e quatorze reais e noventa e oito centavos).

2.2. Valor Máximo do Aumento de Capital. Caso seja subscrita a integralidade das ações do Aumento de Capital de forma que o Montante Máximo seja atingido, o capital social da Companhia passará a ser de R\$3.148.012.114,98 (três bilhões, cento e quarenta e oito milhões, doze mil, cento e quatorze reais e noventa e oito centavos), passando a ser dividido em 394.868.752 (trezentas e noventa e quatro milhões, oitocentas e sessenta e oito mil, setecentas e cinquenta e duas) ações ordinárias e 115.946.561 (cento e quinze milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentas e sessenta e uma) ações preferenciais.

2.3. Diluição. Em caso de subscrição do Montante Mínimo, considerando que serão subscritas ações ordinárias e preferenciais na proporção atualmente existente, a diluição será de 6,48% para as ações ordinárias, ações preferenciais, *Units* e participação no capital total para o acionista que decidir não participar do aumento de capital. Essa diluição será aumentada na medida em que mais ações sejam subscritas, podendo alcançar uma diluição de 29,36% para ações ordinárias, ações preferencias, *Units* e participação no capital, caso a subscrição seja realizada no Montante Máximo pelos acionistas.

## **3. Preço de Emissão das Novas Ações**

3.1. Preço de Emissão. O preço de emissão por ação ordinária é de R\$ 2,00 (dois reais) e, por ação preferencial, de R\$ 2,00 (dois reais), totalizando um valor por Unit, de R\$ 6,00 (seis reais) ("Preço de Emissão").

3.2. Procedimentos para Fixação do Preço de Emissão. O Conselho de Administração da Companhia analisou todos os critérios de fixação de preço previstos no artigo 170, §1º da Lei das Sociedades por Ações e, com amparo do laudo de avaliação preparado pela Thoreos Consultoria LTDA. constante do Anexo I à ata ("Laudo de Avaliação"), optou pelo uso do critério de perspectiva de rentabilidade por ser, em sua opinião, o mais adequado.

3.2.1. O Conselho de Administração da Companhia entende que o critério de fixação do Preço de Emissão, por basear-se na rentabilidade futura da Companhia, é o que melhor reflete o seu valor econômico, tendo os critérios previstos nos incisos II e III

do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações não sido julgados adequados à atual realidade vivenciada pela Companhia, uma vez que o valor do seu patrimônio líquido não reflete corretamente o seu valor, na medida em que este critério não captura de maneira eficaz a piora sensível das condições macroeconômicas com elevação do custo de captação de recursos e escassez de crédito, bem como tal critério não assimila riscos intrínsecos às operações de geração de energia elétrica, tais quais exposições às variações de preço de energia nos submercados de energia mensurados pela “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica” e a variação das médias anemométricas a serem verificadas conforme previstos nos contratos de compra e venda de energia celebrados pela Companhia. Por outro lado, a média ponderada a partir dos preços negociados em Bolsa não é critério adequado em função da falta de liquidez da ação da Companhia, que apresenta um baixo volume de negócios por pregão, resultando assim em severas distorções, que não refletem o valor efetivo da Companhia.

3.3. Fixação do Preço de Emissão. O Preço de Emissão das ações decorrentes do Aumento de Capital foi calculado na forma prevista no artigo 170, § 1º, I da Lei das Sociedades por Ações com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo no Laudo de Avaliação, cujas premissas de avaliação macroeconômica foram acatadas de acordo com as indicações contidas no referido laudo, as quais, por sua vez, refletem taxas e índices praticados atualmente em negócios envolvendo a Companhia e empresas de seu segmento de atuação, bem como também refletem dados contidos em projeções externas de analistas que cobrem empresas do segmento de geração. O Conselho de Administração, por maioria, estabeleceu que o preço de emissão por ação ordinária seria de R\$ 2,00 (dois reais) e, por ação preferencial, de R\$ 2,00 (dois reais), totalizando um valor R\$ 6,00 (seis reais) para cada Unit, o qual está próximo do valor mínimo do Laudo de Avaliação.

3.4. Destinação dos Recursos do Aumento de Capital. Os recursos obtidos com o Aumento de Capital social serão utilizados inicialmente para honrar compromissos financeiros vencidos com credores e fornecedores e arcar com despesas ordinárias necessárias ao pleno funcionamento de suas atividades. Caso seja atingido o Montante Máximo, os valores serão utilizados também para reduzir o endividamento da Companhia.

#### **4. Direito das Novas Ações Emitidas no Aumento de Capital**

4.1. Igualdade de Direitos. As ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas no Aumento de Capital, serão idênticas às aquelas já existentes e conferirão os mesmos direitos aos seus respectivos titulares, conforme estabelecido no Estatuto Social, participando, quando aplicável, de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio

que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do Aumento de Capital pela Companhia.

## **5. Forma de Integralização das Ações**

5.1. Integralização. Observados os procedimentos operacionais detalhados em aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela Companhia, as novas ações a serem emitidas no âmbito do Aumento de Capital deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional.

## **6. Direito de Preferência e Quantidade de Novas Ações a Serem Subscritas por Cada Acionista no Aumento de Capital**

6.1. Data-Base do Direito de Preferência. Observados os procedimentos estabelecidos pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia ("Escrituradora"), da Central Depositária de Ativos da BM&FBOVESPA ("Central Depositária") e da Companhia, os acionistas da Companhia terão direito de preferência na subscrição das novas ações, na proporção de suas participações no capital da Companhia no dia 26 de dezembro de 2016, observadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive.

6.2. Direito de Subscrição por Ação. Nos termos do §1º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, cada ação ordinária existente dará ao seu titular o direito de subscrever até 0,415725171 novas ações ordinárias, cada ação preferencial existente dará ao seu titular o direito de subscrever até 0,415725171 novas ações preferenciais e cada *Unit* existente dará ao seu titular o direito de subscrever até 0,415725171 novas *Units*.

6.3. Frações de Ações. As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito à subscrição das eventuais sobras ou, se for o caso, do rateio das ações serão desconsideradas.

## **7. Negociação “Ex-Direito” de Subscrição**

7.1. Data de Negociação “ex-direito” de Subscrição. A partir de 27 de dezembro de 2016, inclusive, as ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex-direitos” de subscrição.

## **8. Cessão de Direito de Subscrição**

8.1. Possibilidade de Cessão do Direito de Preferência. O direito de preferência para a subscrição das ações objeto do Aumento de Capital poderá ser livremente cedido a terceiros, nos termos do artigo 171, § 6º, da Lei das Sociedades por Ações.

8.1.1. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que desejarem negociar seus direitos de preferência para subscrição poderão fazê-lo dentro do prazo para o exercício do direito de preferência previsto no item 9, devendo proceder com a antecedência necessária para permitir que os direitos de subscrição cedidos possam ser exercidos dentro do prazo referido.

8.2. Ações Registradas na Escrituradora. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estiverem registradas nos livros de registro da Escrituradora (ambiente escritural) poderão ceder seus direitos de preferência na subscrição (que incluem o direito à subscrição de sobras) por meio de uma das agências especializadas listadas no item 16 deste aviso aos acionistas.

8.3. Ações Custodiadas na Central Depositária de Ativos. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estiverem depositadas na Central Depositária de Ativos poderão negociar seus direitos de preferência na subscrição de ações no Aumento de Capital (que incluem o direito à subscrição de sobras) na BM&FBOVESPA, por meio de seus respectivos agentes de custódia, devendo observar os procedimentos e prazos da Central Depositária de Ativos e dos respectivos agentes de custódia.

8.4. Impossibilidade de Cessão do Direito de Subscrição de Sobras. Será vedada a cessão do direito de subscrição de sobras de maneira independente ou autônoma do direito de preferência na subscrição do Aumento de Capital.

## **9. Prazo para a Subscrição de Novas Ações**

9.1. Prazo para Exercício do Direito de Preferência. O direito de preferência para subscrição das novas ações deverá ser exercido entre o dia 27 de dezembro de 2016, inclusive, e o dia 26 de

abril de 2017, inclusive (“Prazo do Exercício do Direito de Preferência”).

## **10. Procedimentos para Subscrição de Novas Ações**

10.1. Possibilidade de Condicionar a Decisão no Aumento de Capital. Em razão da possibilidade de homologação do Aumento de Capital parcialmente subscrito, os subscritores poderão condicionar sua decisão de investimento às condições finais do Aumento de Capital.

10.1.1. Ao firmar o boletim de subscrição o subscritor poderá condicionar a subscrição das ações: (1) à subscrição da totalidade das ações objeto do Aumento de Capital; ou (2) à subscrição de uma proporção ou quantidade mínima das ações, definida conforme critério do próprio subscritor, mas que não poderá ser inferior ao correspondente à subscrição do Montante Mínimo.

10.1.2. No caso da opção 2 acima, o subscritor, no ato da subscrição, deverá indicar, caso verificada a condição, se receberá: (a) a totalidade das ações por ele subscritas; ou (b) a quantidade de ações equivalente à proporção entre o número de ações efetivamente subscritas e o número máximo de ações objeto do Aumento de Capital. Na falta de manifestação expressa, presumir-se-á o interesse do subscritor em receber a totalidade das ações por ele subscritas.

10.1.3. O subscritor que decida fazer uso dos direitos previstos acima deve fazê-lo expressamente, por meio de indicação no campo próprio do boletim de subscrição, informando: (i) se sua subscrição é condicionada à subscrição da totalidade do Aumento de Capital; (ii) se sua subscrição é condicionada à subscrição de uma proporção ou quantidade mínima das ações a serem emitidas no Aumento de Capital, definida conforme critério do próprio investidor (que não poderá ser inferior, em valor, Montante Mínimo, e não poderá ser superior ao valor do Montante Máximo aprovado pela Companhia), escolhendo uma das seguintes alternativas: (a) desejo receber o total das ações por mim subscritas, independentemente do valor do Aumento do Capital; ou (b) desejo receber a quantidade de ações equivalente à proporção entre o número de ações efetivamente subscritas e o número máximo de ações objeto do Aumento de Capital.

10.1.4. Caso tenha assinalado a opção 2(b), o subscritor deverá indicar no boletim de subscrição os seguintes dados, para que a Companhia possa devolver os valores excedentes (que será o valor total pago pelo subscritor, reduzido pelo montante necessário para que apenas mantenha sua participação proporcional no capital

social da Companhia): o banco, a agência, a conta corrente, seu nome ou denominação social, seu CPF ou CNPJ, seu endereço e telefone.

10.1.5. Não será possível a negociação de recibos de subscrição daqueles que tenham exercido a subscrição de forma suscetível a variações posteriores (ou seja, qualquer opção diversa do recebimento integral das ações subscritas, conforme descrita na opção 2(a)). Dessa forma, a Companhia não se responsabilizará por qualquer prejuízo decorrente da negociação de recibos de subscrição, uma vez que estão sujeitos a condições futuras e eventuais.

10.2. Ações Registradas na Escrituradora. Os acionistas cujas ações estejam registradas na Escrituradora (ambiente escritural) deverão exercer seu direito de preferência até 26 de abril de 2017, às 16h, horário de Brasília, em uma das agências especializadas indicadas no final deste aviso aos acionistas, mediante assinatura do boletim de subscrição, conforme modelo a ser disponibilizado pela Escrituradora, e a entrega da documentação descrita no item 16 abaixo.

10.3. Ações Custodiadas na Central Depositária de Ativos. Os acionistas titulares de ações custodiadas na Central Depositária de Ativos deverão exercer o direito de preferência por meio de seus agentes de custódia, conforme os prazos e procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA.

## **11. Ações não subscritas e Subscrição de Sobras**

11.1. Sobras de Ações. Se existirem sobras de ações não subscritas (mesmo que já tenha sido atingida o Montante Mínimo) depois de encerrado o Prazo do Exercício do Direito de Preferência, será concedido prazo de 07 (sete dias) dias para os subscritores que, no ato da subscrição, solicitaram reserva de sobras, subscreverem eventuais ações não subscritas.

11.2. Direito de Subscrição de Sobras. Nos termos do artigo 171, § 7.º, “b” da Lei das Sociedades por Ações, o subscritor poderá subscrever sobras na mesma proporção dos direitos de preferência à subscrição de ações - tanto próprios como adquiridos de terceiros – que efetiva e tempestivamente houver exercido. A proporção de sobras que cada subscritor interessado poderá subscrever será calculada pela multiplicação (1) do número de ações efetivamente subscritas pelo subscritor em questão durante o Prazo do Exercício do Direito de Preferência pelo (2) resultado da divisão (a) do número total de sobras de ações disponíveis para serem subscritas pelo (b) número total de ações efetivamente subscritas durante o Prazo do Exercício do Direito de Preferência por todos os subscritores que solicitaram reserva de sobras, com base na seguinte fórmula:

$$TS = As * \left( \frac{S}{TAs} \right)$$

Onde:

- TS** significa o número total de sobras que podem ser subscritas pelo subscritor.
- As** significa o número de ações efetivamente subscritas pelo subscritor em questão durante o Prazo do Exercício do Direito de Preferência.
- S** significa o número total de sobras de ações disponíveis para serem subscritas.
- TAs** significa o número total de ações efetivamente subscritas, durante o Prazo do Exercício do Direito de Preferência, por todos os subscritores que solicitaram reserva de sobras.

11.3. Pedidos Adicionais de Sobras. No ato da subscrição das sobras a que fizer jus, nos termos do item 11.5 abaixo, o subscritor poderá solicitar um número adicional de sobras de ações não subscritas, sujeito à disponibilidade de sobras. Desse modo, a quantidade de ações subscritas durante o período de subscrição de sobras poderá ser, inclusive, superior à quantidade de sobras a que cada acionista fará jus, até o limite de sobras disponíveis.

11.3.1. Caso o total de ações objeto de pedidos de sobras adicionais exceda ao montante de sobras disponíveis, será realizado rateio proporcional entre os subscritores que tiverem pedido a reserva de sobras adicionais, devendo estas serem rateadas proporcionalmente ao número de ações que tais subscritores tenham subscrito no exercício do direito de preferência e nas sobras iniciais. A proporção de sobras adicionais que tocar a cada subscritor será calculada pela multiplicação (1) do número de ações efetivamente subscritas pelo subscritor em questão durante o Prazo do Exercício do Direito de Preferência pelo (2) resultado da divisão (a) do número total de sobras remanescentes disponíveis para serem subscritas, pelo (b) número total de ações efetivamente subscritas durante o Prazo do Exercício do Direito de Preferência por todos os subscritores que remanescem interessados nas sobras.



11.3.2. Caso o total de ações objeto de pedidos de sobras adicionais seja igual ou inferior ao montante de sobras disponíveis, os pedidos de sobras adicionais serão integralmente atendidos.

11.4. Procedimentos de Subscrição e Integralização de Sobras. Tendo em vista a possibilidade de pedidos adicionais de sobras e a eventual necessidade de realizar rateio de sobras, os procedimentos e prazos específicos para a alocação e integralização das sobras serão detalhados em novo aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado pela Companhia.

11.5. Leilão de Ações. Em face da possibilidade de homologação do Aumento de Capital parcialmente subscrito, caso, ao término do período de sobras, não tenha sido atingido o Montante Mínimo do Aumento Capital, as ações eventualmente não subscritas deverão ser vendidas em leilão de sobras a ser realizado na BM&FBOVESPA, nos termos do art. 171, § 7.º, alínea “b”, in fine, da Lei das Sociedades por Ações.

## **12. PROCEDIMENTO PARA SUBSCRIÇÃO DE SOBRAS E PEDIDOS DE SOBRAS ADICIONAIS**

12.1. Ações Registradas na Escrituradora. Aqueles que exercerem os direitos de subscrição por meio da Escrituradora deverão observar as regras estabelecidas por essa instituição para a subscrição de sobras.

12.2. Ações Custodiadas na Central Depositária de Ativos. Aqueles que exercerem os direitos de subscrição por meio de seus agentes de custódia deverão observar as regras da BM&FBOVESPA para a subscrição de sobras.

## **13. INEXISTÊNCIA DE PRAZO PARA RETRATAÇÃO DO INVESTIMENTO**

13.1. Não Abertura do Prazo para Retratação. Uma vez que será possível condicionar a subscrição do Aumento de Capital, nos termos do item 10.1 acima, não será concedido prazo adicional para a retratação da decisão de investimento após o final das rodadas de sobras, ainda que o Aumento de Capital tenha sido parcialmente subscrito.

## **14. HOMOLOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO AUMENTO DE CAPITAL**

14.1. Homologação Parcial do Aumento de Capital. Atingida o Montante Mínimo e ultimada a rodada para subscrição de sobras, será realizada uma reunião do Conselho de Administração

para homologar o aumento do capital, ainda que parcialmente subscrito, sem a necessidade de reforma ou alteração do estatuto da Companhia.

## **15. CRÉDITOS DOS RECIBOS DE SUBSCRIÇÃO E DAS AÇÕES**

15.1. Recibos de Subscrição na Escrituradora. Os recibos de subscrição de ações subscritas em exercício do direito de preferência na Escrituradora (ambiente escritural) estarão disponíveis aos subscritores imediatamente após a assinatura do boletim de subscrição. Os recibos de subscrição das ações subscritas em exercício do pedido de sobras na Escrituradora (ambiente escritural) estarão disponíveis aos subscritores na data a ser fixada em novo aviso aos acionistas.

15.2. Recibos de Subscrição na Central Depositária de Ativos. Os recibos de subscrição de ações subscritas em exercício do direito de preferência na BM&FBOVESPA estarão disponíveis aos subscritores no dia seguinte a data da integralização das respectivas ações, realizadas durante o Prazo do Exercício do Direito de Preferência. Os recibos de subscrição das ações subscritas em exercício do pedido de sobras na BM&FBOVESPA estarão disponíveis aos subscritores na data fixada no aviso aos acionistas que informará sobre a abertura de prazo e procedimentos para subscrição das sobras de ações na Central Depositária de Ativos.

15.3. Crédito das Ações Subscritas. As ações subscritas serão emitidas e creditadas em nome dos subscritores em até 7 (sete) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital pelo Conselho de Administração da Companhia.

## **16. LOCAIS DE ATENDIMENTO DA ESCRITURADORA**

Agências Especializadas. Os acionistas cujas ações estejam registradas na Escrituradora (ambiente escritural) poderão exercer os direitos mencionados neste aviso aos acionistas em qualquer agência especializada do Itaú para subscrição das novas ações, mediante assinatura do boletim de subscrição, pagamento do preço correspondente e munidos dos seguintes documentos: (i) PESSOA FÍSICA: CPF, RG e comprovante de residência atualizado (máximo 02 meses); e (ii) PESSOA JURÍDICA: CNPJ, Estatuto/Contrato Social e respectivas alterações, bem

como os documentos dos sócios/representantes legais (ata de eleição, CPF, RG e comprovante de residência atualizado)

16.1. Representação. No caso de representação por procurador, será necessária a apresentação do respectivo instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida.

Para mais esclarecimentos acerca da subscrição das ações no Itaú, os acionistas poderão contatar a área de atendimento à acionistas nos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 7209285 (demais localidades) ou agências especializadas. O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

16.2. Agências Especializadas. Os acionistas cujas ações estejam registradas na Escrituradora (ambiente escritural) poderão exercer os direitos mencionados neste aviso aos acionistas em uma das agências especializadas abaixo:

Belo Horizonte: Av. João Pinheiro, 195 – Subsolo - Centro

Rio de Janeiro: Av. Almirante Barroso, 52- 2º andar - Centro

São Paulo: R. Boa Vista, 176 – 1º Subsolo - Centro

Salvador: Av. Estados Unidos, 50 - 2º andar - Comércio

## **17. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

17.1. Informações adicionais. Informações adicionais sobre o Aumento de Capital poderão ser obtidas no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da BMF&BOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) ou no Departamento de Relações com Investidores Acionistas da Companhia, por meio do endereço eletrônico (e-mail) [ri@renovaenergia.com.br](mailto:ri@renovaenergia.com.br).

São Paulo, 23 de dezembro de 2016.

**Cristiano Corrêa de Barros**  
Diretor de Relações com Investidores